
Um estudo sobre o nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente no setor de construção e transporte da BM&FBovespa

A study on the level of Present Value Adjustment disclosure in the sector of construction and transportation of BM&FBovespa

*Juliana Gonçalves de Araújo¹
Rodrigo Vicente dos Prazeres²
João Gabriel Nascimento de Araujo³
Mayke Douglas Xavier de Lima⁴
Umbelina Cravo Teixeira Lagioia⁵*

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar qual o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa para os anos de 2011 a 2015. No entanto, foram excluídas algumas empresas, por estas não apresentarem indícios, em quaisquer dos anos, da realização do ajuste a valor presente. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 72 companhias, as quais evidenciaram seja em Nota Explicativa ou em conta de Balanço Patrimonial, indício da prática de ajuste a valor presente. Foi possível verificar que as divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo CPC 12, e que as mudanças ocorridas nesse processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica de um ano para outro. O item com maior atendimento foram as taxas de juros e a descrição do item objeto. O item que menos foi atendido referiu-se à evidenciação dos modelos de cálculos para aplicação do Ajuste a Valor Presente. Apesar da descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente ter grande representatividade em nível de evidenciação, as entidades ainda necessitam divulgar melhor as premissas, montante e horizonte temporal destes. Pode-se concluir que não há indícios de melhoras ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Ajuste a Valor Presente. Evidenciação. CPC 12.

ABSTRACT

This research aims to verify the the level of disclosure of the items included on CPC 12, which refers to the practice of the Present Value Adjustment, in companies of

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2015); e-mail: juhliana.araujo@gmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014); e-mail: rodrigovprazeres@gmail.com.

³ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2015); e-mail: j_gabriel90@hotmail.com

⁴ Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2015); Mestrando em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (em andamento); e-mail: maykedouglas.xavier@gmail.com.

⁵ Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (1997); Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002); Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002); Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: umbelinalagioia@gmail.com.

Construction and Transportation, between the years 2011-2015. However, some companies were excluded from the sample because they offer no evidence, in any year, about the practice of present value adjustment. Thus, the sample of the study was composed of 72 companies, which highlighted evidence about the practice of present value adjustment on Notes or on Balance Sheets. It was verified that the disclosures made are weak, comparing to the items proposed by CPC 12, and that changes in the present value adjustment are not reported, constituting a scenario that changes much. The items with the highest attendance were the interest rates and the description of the object item. The item was answered less referred to the disclosure of the model calculations for the application of the present value adjustment. Despite the description of the object's Value Adjustment item Present have great representation at the level of disclosure, the authorities still need to better communicate the assumptions, amount and time horizon of these. It can be concluded that there is no evidence of improvement over time.

Keywords: Present Value Adjustment. Disclosure. CPC 12.

1 Introdução

As informações contábeis divulgadas pelas entidades visam atender às necessidades de seus usuários no momento de tomada de decisão, as quais, segundo a Estrutura Conceitual contida no Pronunciamento Conceitual Básico (2010), destinam-se primariamente aos investidores e credores.

O Pronunciamento Conceitual Básico faz parte de um conjunto de normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade.

Neste mesmo Pronunciamento são apresentadas as quatro bases de mensuração de ativos e passivos, as quais são empregadas em diferentes graus e em variadas combinações nas Demonstrações Contábeis: custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Cada uma destas bases mensura os elementos patrimoniais e de resultado levando em conta o valor do dinheiro em determinado período no tempo.

No que diz respeito especificamente ao ajuste a valor presente, este corresponde a base de avaliação de ativos e passivos, que tem por finalidade denotar o valor presente dos fluxos de caixa futuros ativos e passivos que surgem no curso normal das operações da entidade.

Dentre os diversos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC existe um que trata especificamente do Ajuste a Valor Presente, o Pronunciamento Técnico CPC 12. Este pronunciamento explicita que sempre que houver efeito relevante, o Ajuste a Valor Presente deve ser aplicado na contabilização inicial de ativos ou passivos. O item 2 do

referido Pronunciamento dispõe que a utilização de informações com base no valor presente contribui para o incremento do valor preditivo da contabilidade, além de permitir a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados e trazer melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

Apesar de os Pronunciamentos Técnicos serem de cumprimento obrigatório pelas entidades, ainda se observam lacunas quanto a aderência dos mesmos no que se refere a alguns critérios de evidenciação e de mensuração. Em estudo realizado por Souza, Borba e Zadonai (2011), o qual objetivou verificar o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos, constatou-se que nenhuma empresa da amostra evidenciou as informações de maneira completa. Moura *et. al.* (2013) também realizaram um estudo sobre a evidenciação contábil dos ativos intangíveis das companhias abertas, e, da mesma forma, observou-se, neste estudo, que o nível de evidenciação das informações estava abaixo do recomendado (índice médio de 61% de atendimento).

Do ponto de vista técnico, a escolha do setor estudado se deu pelo fato de se tratarem de empresas que possuem um nível elevado de financiamentos, arrendamentos e transações caracterizadas por longo prazo, como empréstimos, conforme Araújo et al. (2015). Desta forma, o correto tratamento normativo em relação ao Ajuste a Valor Presente no referido setor é de muita relevância para a divulgação dos relatórios contábeis e, por consequência, das informações que deles são extraídas e utilizadas pelos mais diversos usuários.

Tendo por base as implicações e importância de uma evidenciação correta e disposta pela norma para cada pronunciamento emitido, o presente trabalho busca responder o seguinte questionamento: **Qual o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2011 a 2015?**

2 Revisão da literatura

2.1 o pronunciamento de Ajuste a Valor Presente - CPC 12

O Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente (2008) trata essencialmente de questões gerais e de forma específica, sobre mensuração relacionada ao Ajuste a Valor Presente (AVP) dos elementos de ativos e passivos.

O que se quer com o AVP é estimar o valor corrente (hoje) de um fluxo de caixa futuro através da aplicação de um desconto financeiro. Logo, para se conhecer o valor atual é preciso descontar (aplicar uma determinada taxa de desconto) um valor futuro determinado (esperado), em um prazo conhecido (datas correntes). Dessa forma, obtêm-se a avaliação do fluxo futuro no presente.

O CPC 12 (2008) define Ajuste a valor presente como sendo a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro. Para aplicação deste conceito, tem de se levar em consideração dados importantes e necessários para se calcular a estimativa do valor atual referente a um fluxo de caixa em um dado momento no futuro. Esses elementos essenciais são: Valor Futuro, Datas do referido Fluxo e Taxa.

Desta forma, para se estimar o valor do fluxo futuro é preciso que sejam determinados: os elementos, termos e as condições contratadas que serão objeto de avaliação a AVP. Já as Datas do referido Fluxo se referem ao hoje e o amanhã por ser necessário determinar o período em que se espera o valor presente, a partir do prazo futuro. Por fim a taxa a ser aplicada serve para estimar o valor corrente é necessário se determinar a taxa de desconto aplicável à transação.

2.2 Estudos anteriores

Investigações acerca das práticas contábeis desenvolvidas nas empresas de Capital Aberto tem fundamento na relevância na importância das informações contábeis-financeiras que devem ser prestadas ao mercado para a tomada de decisão.

Colauto *et. al.* (2009) buscaram verificar a evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração das companhias listadas nos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa. O resultado desse estudo indicou que as entidades do nível de governança (N1 e Novo Mercado) que possuem maior valor de mercado tendem a evidenciar mais características intangíveis nos relatórios.

Quanto às práticas específicas a respeito do Ajuste a Valor Presente dispostas no Pronunciamento Técnico CPC 12, foram observados alguns estudos realizados no Brasil. Ponte *et. al.* (2010) obteve como amostra de sua pesquisa 334 companhias listadas na BM&FBovespa do exercício findo de 2008, observando o nível diferenciado de governança corporativa de cada entidade. O estudo concluiu que no ano de 2008 as companhias não evidenciaram conforme prescrito nos pronunciamentos e normas vigentes, e o mesmo comportamento pôde ser observado também nas empresas do Novo Mercado, não

apresentando nenhuma significância estatística entre o comportamento das companhias do Novo Mercado e Nível 2 com o restante das empresas. O resultado desta pesquisa teria a possibilidade de ter se apresentado de forma divergente caso fosse realizada uma análise a partir do ano de 2010, em que a adoção das práticas contábeis se tornou obrigatória.

Em outra investigação, realizada por Fontana, Andrade e Macagnan (2013), houve também o objetivo de analisar o nível de evidenciação referente ao exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12, no entanto, a amostra deste estudo se restringiu àquelas companhias listadas no índice IBrX-50 da BM&FBovespa, o qual representa um índice com 50 ações que apresentam maior negociabilidade, e tendo seu período de análise restrito às demonstrações publicadas no terceiro quadrimestre de 2011. O resultado deste estudo apresentou que ainda há que se evoluir quanto à evidenciação obrigatória das informações de Ajuste a Valor Presente, e os setores que mais atenderam foram os de Construção Civil (80,8%) e as que menos atenderam foram as indústrias manufatureiras (65,4%).

Por sua vez, Araújo et al. (2015), analisaram a relação entre o nível de governança e de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 e 2012. Foi possível verificar que as divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo CPC 12, e que as mudanças ocorridas no processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica.

3 Metodologia

A população para este estudo foram as companhias listadas na BM&FBovespa pertencentes ao setor de Construção e Transporte no período de 2011 a 2015. No entanto, foram excluídas algumas empresas, por estas não apresentarem indícios, em quaisquer dos anos, da realização do ajuste a valor presente. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 72 companhias, as quais evidenciaram seja em Nota Explicativa ou em conta de Balanço Patrimonial, indício da prática de ajuste a valor presente.

3.1 Instrumento de coleta

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um *checklist* aplicado às companhias. O *checklist* utilizado foi elaborado com base no CPC 12, restringindo-se

apenas à seção de divulgação do pronunciamento (item 33). A fim de facilitar uma observação mais completa da divulgação sobre o ajuste a valor presente das empresas componentes da amostra, optou-se por utilizar o *checklist* semelhante aquele utilizado por Fontana, Andrade e Macagnan (2013) e Araújo et al. (2015), visto que este segregava os 6 tópicos constantes no item 33 em um instrumento com 13 itens que discriminam de forma mais específica. Desta forma, ficou também facilitada a comparação com os referidos estudos.

A partir dos indicadores propostos foram analisadas as Notas Explicativas das companhias que fizeram parte da amostra referente aos anos de 2011 e 2012, desta forma, proporcionando uma melhor comparabilidade de evidenciação do ajuste a valor presente, e, possibilitando a verificação de uma possível evolução no período.

Para análise, foram elaboradas planilhas com colunas que indicavam três opções para cada empresa em seus respectivos anos: critério atendido, critério não atendido e não se aplica. As companhias que se enquadraram na categoria “não se aplica” são entidades que por alguma razão não possuem contas a serem ajustadas a valor presente.

Tabela 1 - *Checklist* dos indicadores de evidenciação

| Itens | Indicador | CPC 12 - AVP |
|-------|--|------------------|
| 1. | Notas Explicativas | Parágrafo 33 |
| 2. | Natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não) | Parágrafo 33 (a) |
| 3. | Valor de entrada cotado a valor de mercado | Parágrafo 33 (a) |
| 4. | Taxa de juros | |
| 5. | Taxas de juros descompostas (juros e prêmio) | Parágrafo 33 (b) |
| 6. | Montante dos fluxos de caixa estimados | Parágrafo 33 (b) |
| 7. | Horizonte temporal estimado | Parágrafo 33 (b) |
| 8. | Descrição do item objeto do avp | Parágrafo 33 (a) |
| 9. | Premissas utilizadas pela administração | Parágrafo 33 (b) |
| 10. | Modelos utilizados para cálculos de riscos e <i>inputs</i> | Parágrafo 33 (c) |
| 11. | Descrição do método de alocação dos descontos | Parágrafo 33 (d) |
| 12. | Procedimento adotado para acomodar mudanças | Parágrafo 33 (d) |
| 13. | Processo de mensuração a valor presente | Parágrafo 33 (e) |
| 14. | Motivação da administração | Parágrafo 33 (f) |

Fonte: Adaptado de Fontana, Andrade e Macagnan (2013) e Araújo et al. (2015).

4 Análise de resultados

Esta seção será dividida em 3 tópicos, os dois primeiros são relacionados a cada ano de análise (2011 e 2012) e o terceiro relativo ao nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente. A amostra deste estudo é composta por 76 empresas, mas algumas dessas empresas apresentam informações individuais ou não estão presentes nos dois anos de análise, sendo retiradas da amostra, totalizando 72 empresas analisadas.

4.1 O ano de 2011

O nível de atendimento às evidenciações de Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas foi de 83% (60), e a natureza dos fluxos de caixa são atendidos por 63% (38) das 60 empresas que evidenciam Ajuste a Valor Presente. O valor de entrada cotado a valor de mercado é evidenciado por 38% (23).

Neste ano, foi encontrada a evidenciação da taxa de juros, com o percentual de 68% (41) e a sua decomposição, em taxa de juros e em prêmio, foi exposta por 7% de tais empresas, com ênfase na Tegma Gestão Logística S.A, a qual apresentou adequadamente as informações e o risco encontrado na taxa de juros.

O montante e o horizonte temporal do fluxo de caixa são exibidos por 52% (31) e 42% (25), respectivamente.

A oitava questão traz a descrição do objeto do processo de Ajuste a Valor Presente como ênfase e apresenta um percentual de atendimento de 70% (42), enquanto a questão seguinte evidencia as premissas utilizadas pelas entidades, e demonstra um atendimento de 50% (30).

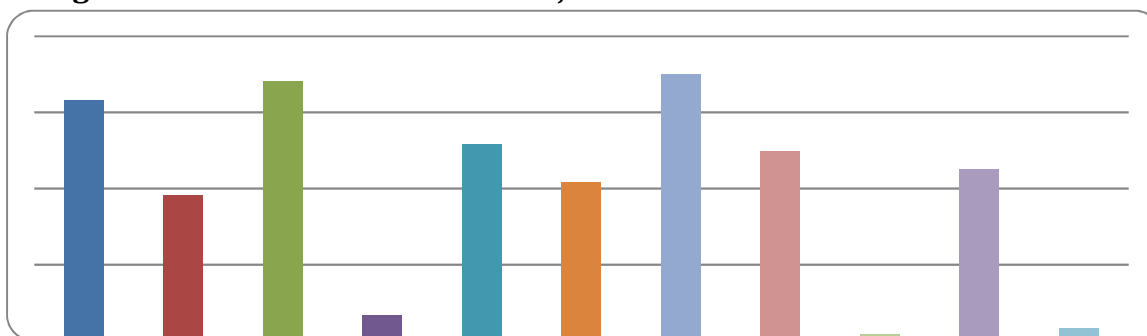
Os modelos utilizados para cálculos e *inputs* e a descrição do método de alocação dos descontos não demonstraram grande evidenciação - 2% (1) e 45% (27). Neste ano de análise a evidenciação dos procedimentos adotados para acomodar mudanças foi realizada por 2 entidades (Brookfield Incorporações S.A e Gafisa S.A), ambas do setor de Construção Civil. Entretanto, nenhuma delas evidenciou informações referentes a tais mudanças (questões 13 e 14).

No ano de 2011 as empresas que mais evidenciaram informações acerca do Ajuste a Valor Presente foram a Gol e a All S.A, com atendimento a 10 itens dos 14 propostos no *checklist* aplicado.

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e o menor item foi o dos Modelos utilizados para cálculos e *inputs*. O item 13, não foi atendido por quaisquer empresas que efetuaram mudanças nos procedimentos de AVP, prejudicando o entendimento e execução das modificações realizadas. O item 4 (taxa de juros) merece destaque neste ano, que atingiu quase 70% do nível de evidenciação.

Figura 1: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2011



Fonte: Elaboração Própria

4.2 O ano de 2012

O ano de 2012 teve uma representação de 81% (58) de evidenciação de Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. A natureza dos fluxos de caixa teve uma representação no nível de 64% (37) das entidades que divulgaram informações sobre o procedimento de Ajuste a Valor Presente. O valor de entrada cotado a valor de mercado, neste último ano de análise, foi de 41% (24).

A taxa de juros foi evidenciada por 74% (43) daquelas empresas que apresentaram informações sobre a prática do Ajuste a Valor Presente (58), mas a decomposição da taxa em juros e prêmio foi demonstrada por apenas 3 empresas (Trevisa S.A, All S.A e a Gol), as mesmas que realizaram no ano anterior, com exceção da Tegma, a qual deixou de evidenciar no ano de 2012.

A questão 6 e 7, que tratam do montante e horizonte temporal do fluxo de caixa, foram atendidas por 53% (31) e 38% (22), respectivamente. A primeira apresentando percentual similar aos anos recentemente analisados, e a segunda (horizonte temporal) evidenciou uma tímida redução em relação ao ano anterior.

O item 8 aborda a descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente e apresenta um percentual de 76% (44), o maior nível evidenciado para o período de análise. O grau de evidenciação quanto às premissas utilizadas foi de 53% (31), indicando uma tímida elevação na divulgação em relação à 2011.

Os modelos utilizados para cálculos e *inputs* teve o atendimento percentual de 3% (2), as entidades que atenderam foram a All S.A e PDG Realty S.A. A descrição do método de alocação dos descontos foi evidenciada por 47% (27).

Por fim, a última análise qual aborda acerca das mudanças ocorridas nos procedimentos de Ajuste a Valor Presente, atingiu o percentual de 9% (5), todas as empresas são pertencentes à Construção Civil. Porém, assim como em 2011, a divulgação acerca das mudanças ocorridas não é executada pelas entidades.

As empresas que apresentaram maior índice de atendimento aos itens dispostos no *checklist* foram: Cyrela Brazil, Direcional Engenharia, Pdg Realty, Gol e All S.A, todas atendendo a 10 itens do instrumento de análise.

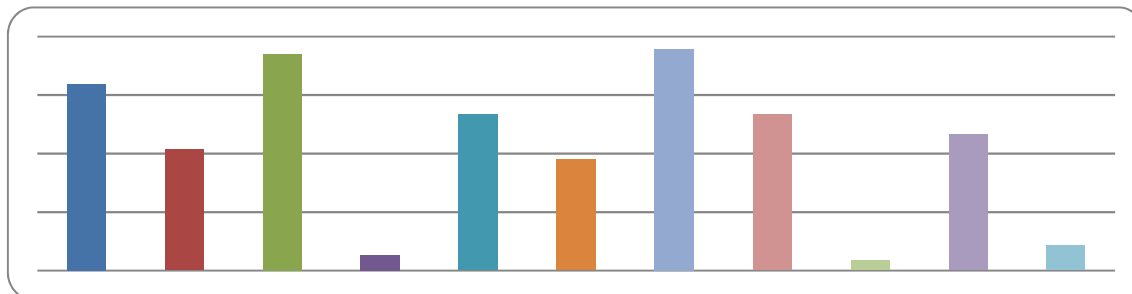
A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e próximo ao atendimento deste item está o item 4, que trata da taxa de juros.

Semelhantemente ao comportamento observado no anterior, a evidenciação da taxa de juros aumentou e apresentou seu maior índice neste ano. O menor item foi o dos modelos utilizados para cálculos e *inputs*, como observado. Os itens referentes às informações sobre as práticas de mudanças adotadas pelas entidades (itens 13 e 14) não foram atendidos por quaisquer empresas que efetuaram mudanças nos procedimentos de AVP, prejudicando o entendimento e execução das modificações realizadas. O item 4 (taxa

de juros) merece destaque neste ano, que atingiu quase 70% do nível de evidenciação, maior nível encontrado até então.

Figura 2: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2012



Fonte: Elaboração Própria

4.3 O ano de 2013

No ano de 2013 foi observado que 75% das companhias que pertencem à amostra evidenciaram o ajuste a valor presente em suas notas explicativas. O item que avalia a natureza dos fluxos de caixa obteve o percentual de 60%, o que representa uma leve queda em relação aos anos anteriores. O valor de entrada cotado a valor de mercado obteve o mesmo percentual do ano anterior, ou seja, o total de 24 empresas representando 41%.

A divulgação das taxas de juros foi evidenciada por 82% do total de empresas que tiveram práticas de ajuste a valor presente, onde teve uma suave elevação em relação aos anos anteriores. A decomposição da taxa entre juros e prêmios por riscos e incertezas foram evidenciadas por 4 empresas, uma a mais do que os anos anteriores.

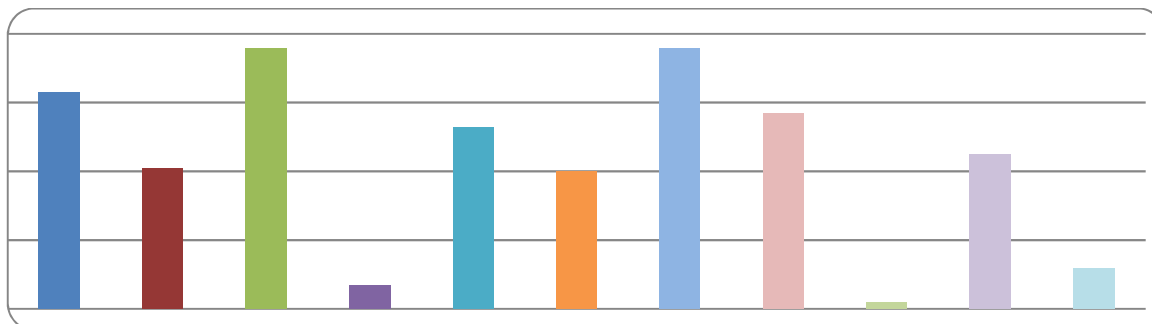
O montante e o horizonte dos fluxos de caixa estimados obtiveram o mesmo percentual em relação ao ano anterior 53% e 38% respectivamente. A descrição do item objeto obteve o percentual de 76% do total de empresas que praticam o ajuste a valor presente, similar ao ano anterior.

As premissas utilizadas pela administração da entidade foram divulgadas por 28 empresas, compondo 48% do total de empresas da amostra. Este item apresentou o valor mais baixo até então. Os modelos utilizados para cálculos e *inputs* foi descrito por apenas 2 empresas, as mesmas encontradas nos anos de 2011 e 2012.

A descrição dos métodos e alocação de descontos foi observada por 47% das entidades que praticaram o ajuste a valor presente. Os procedimentos utilizados para acomodar as mudanças foram evidenciados por 13% das entidades analisadas, um pouco a mais do que os anos anteriores.

A figura 3 abaixo mostra os percentuais obtidos pelas empresas em relação as evidenciações dos itens propostos pelo CPC 12. Os critérios utilizados são os mesmos dos anos anteriores.

Figura 3: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2013



Fonte: Elaboração Própria

4.4 O ano de 2014

No ano de 2014, foi observado o mesmo percentual de empresas que dispuseram em notas explicativas que utilizam as práticas de ajuste a valor presente. No total 75% das entidades evidenciaram essas práticas. O item que observa a natureza dos fluxos de caixa, se são contratuais ou não, apresenta o percentual de 57%, um pouco abaixo em relação aos anos anteriores. O valor de entrada cotado a valor de mercado não variou referente aos demais anos, representando 41% do total.

O item que aborda a evidenciação das taxas de juros foi observado por 78% do total de empresas que praticaram o ajuste a valor presente, um percentual um pouco menor em relação ao ano anterior. A decomposição da taxa de juros entre prêmios e riscos foi observada por apenas 4 empresas, o que assemelha com o ano de 2013.

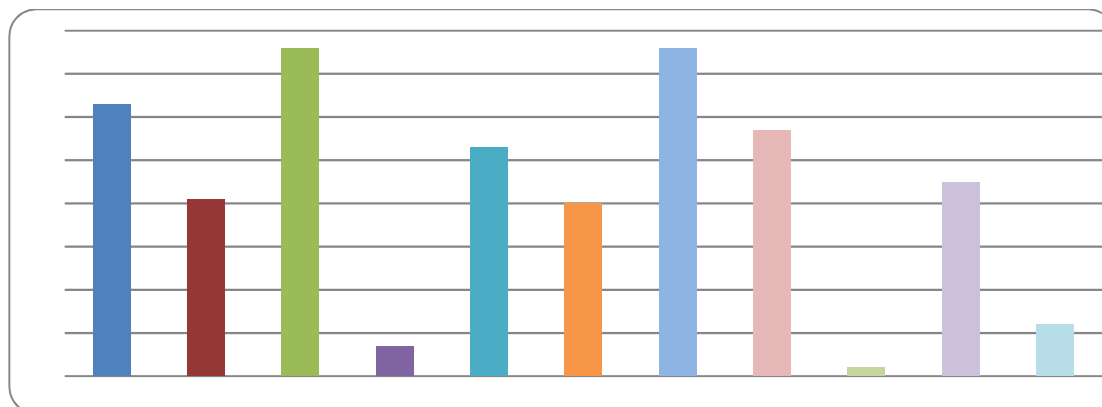
Não houve variação do item que relata o montante do fluxo de caixa e o horizonte temporal dos fluxos de caixa estimados. A descrição do item objeto de ajuste a valor presente foi evidenciado por 74% das entidades, onde houve uma leve queda aos demais anos.

As premissas utilizadas pela administração foram evidenciadas por 65% das entidades, maior nível encontrado até então, o que também demonstra uma subida após a queda no ano de 2013. O modelo utilizado para cálculo e *inputs* foi observado por 1 empresa apenas, uma queda em relação aos anos anteriores que apresentaram 2 empresas.

A descrição do método de alocação de desconto obteve uma leve queda em relação aos anos anteriores, 43% das empresas evidenciaram este item, contra 47% do ano de 2013. Os procedimentos adotados para acomodar as mudanças foram observados por 10% das entidades apresentando uma leve queda.

A figura 4 a seguir mostra o resumo dos atendimentos dos critérios dispostos pelo CPC 12 e descritos no *Checklist*.

Figura 4: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2014



Fonte: Elaboração Própria

4.5 O ano de 2015

Em 2015, do total das empresas estudadas, 68% divulgaram em notas explicativas as práticas de ajuste a valor presente, uma queda em relação aos anos anteriores. A natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não) foi evidenciada por 63% das entidades, representando uma leve subida em relação ao ano anterior, mas bem próximo dos demais anos. O valor de entrada cotado a valor de mercado foi observado por 41% das empresas, repetindo os valores encontrados nos anos anteriores.

As taxas de juros foram evidenciadas por 76% das empresas, o que mostra uma pequena oscilação neste item a cada ano. A decomposição da taxa de juros, para diferenciar os prêmios e os riscos foram observadas por 4 entidades no total, semelhante ao ano anterior.

O item que demonstra o montante do fluxo de caixa manteve-se constante representando 53%, no entanto o horizonte temporal dos fluxos de caixa estimados obteve uma leve melhora em relação aos demais anos, onde corresponde a 40% do total de entidades que praticam o ajuste a valor presente.

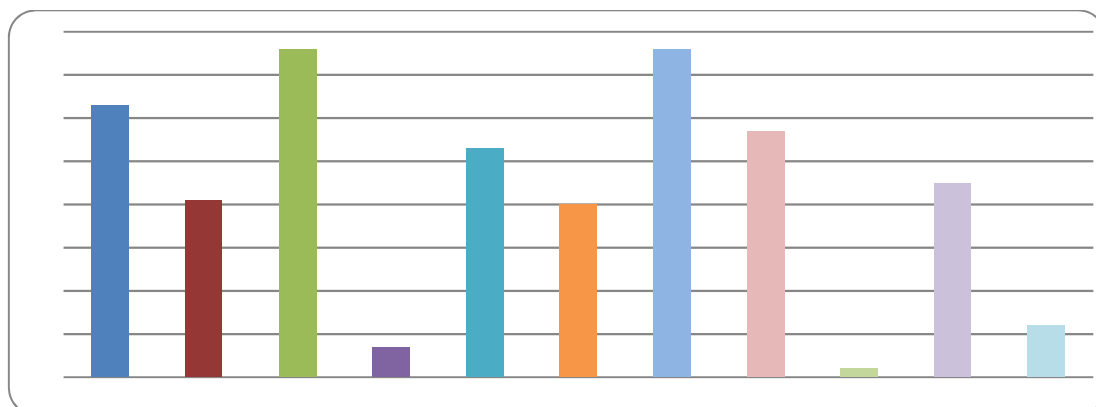
A descrição do objeto sujeito as práticas estabelecidas pelo CPC 12, obteve um percentual de 76% das entidades estudadas, o que mostra uma pequena elevação em relação ao ano anterior, mas se estabelece na média em relação aos demais anos.

A divulgação das premissas utilizadas pela administração obteve um percentual de 57%, havendo uma queda em relação ao ano anterior, este item se mostrou o mais volátil de todos, tendo uma variação significativa dos percentuais durante os anos. O modelo utilizado para cálculos e *inputs* foi evidenciado por 1 empresa apenas.

A descrição do método de alocação de desconto foi observada em 45% das entidades, um pouco a mais em relação ao ano anterior, mas se manteve na média em relação aos demais anos estudados. Os procedimentos adotados para acomodar as mudanças obtiveram um percentual de 12%, um pouco maior que o ano de 2014.

A figura 5 a seguir demonstra o resumo dos atendimentos aos critérios de evidenciação de ajuste a valor presente.

Figura 5: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2015



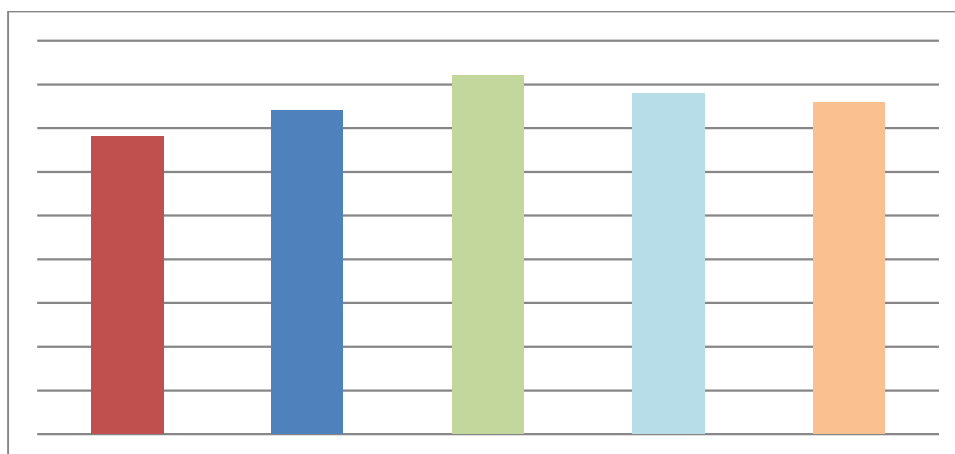
Fonte: Elaboração Própria

4.6 O nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente

O Ajuste a Valor Presente se aplica aos elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, bem como as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente serão ajustados a valor presente. Assim, é possível inferir que entidades que tenham o capital aberto e que são listadas na bolsa possuem algum destes objetos para realização do procedimento de Ajuste a Valor Presente.

A figura 6 demonstra o nível de evidenciação em Notas Explicativas comparando os anos analisados, onde não se observa variação muito significativa, mas apresenta uma tendência de redução ao longo dos anos.

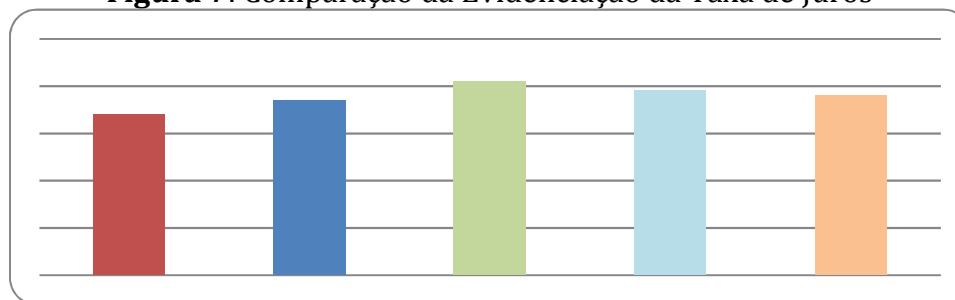
Figura 6: Análise Nível de Evidenciação em Notas Explicativas



Fonte: Elaboração Própria

Outro item que se destaca quanto ao seu nível de atendimento é referente à taxa de juros (item 4), como apresentado na figura 7. O atendimento às especificidades foi apresentado de forma crescente nos três primeiros anos, e logo teve uma leve queda nos anos posteriores, além de ser um dos itens mais evidenciados dos critérios dispostos no *checklist*. No entanto, a correta evidenciação desta taxa deveria ser apresentada segregada entre os juros e o prêmio componente desta taxa. Tal item foi exposto, em média, entre 5% e 7% das empresas componentes da amostra.

Figura 7: Comparação da Evidenciação da Taxa de Juros



Fonte: Elaboração Própria

5 Conclusão

Este estudo teve como objetivo verificar o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referentes às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa, para os anos de 2011 a 2015.

O estudo analisou as empresas que evidenciaram quaisquer informações em Nota Explicativa constantes do setor de Construção e Transporte. Foi possível verificar que as

divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo apresentado no item 33 do CPC 12, e que as mudanças ocorridas nesse processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica ano após ano, congruente com os achados de Araújo et al. (2015).

O item que menos foi atendido referiu-se à evidenciação dos modelos de cálculos para aplicação do Ajuste a Valor Presente (item 10). Apesar da descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente ter grande representatividade em nível de evidenciação, as entidades ainda necessitam divulgar melhor as premissas, montante e horizonte temporal destes.

Pode-se concluir desses achados que, embora a CPC 12 disponha sobre matéria bastante relevante, especialmente no tocante a empresas que possuem um nível elevado de financiamentos, arrendamentos e transações caracterizadas por longo prazo, como empréstimos, caso daquelas do setor de construção e transporte da BM&FBOVESPA, no geral, o setor aparenta certa apatia às normas, uma vez que informações detalhadas (e previstas na CPC 12) sobre o Ajuste a Valor Presente pouco aparecem em suas Notas Explicativas.

Esta pesquisa traz o aspecto de análise do setor como diferencial de outros estudos, podendo evidenciar a variação no nível de atendimento aos critérios do setor; variação esta que não se fez tão significativa quanto aos aspectos mais profundos do processo de valorização a Valor Presente.

6 Referências

ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G. N.; LAGIOIA, U. C. T.; LIMA, M. D. X. . Um Estudo sobre a Governança Corporativa e o Nível de Atendimento aos Critérios de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente em Empresas de Construção e Transporte. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 42-59, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução 1.055/2005. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; Bispo, O. N. A. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 142-169, jan./mar., 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em : 15 dez. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento técnico CPC 12**. Ajuste a valor presente. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_12.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014

FONTANA, F. B.; ANDRADE, A. F.; MACAGNAN, C. B. Um Estudo sobre o Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 62-80, jan./abr, 2013.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P.S. Relação entre Ativos Intangíveis e Governança Corporativa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 5, n. 1 p. 120-138, jan./abr., 2013.

NOGUEIRA JÚNIOR, E.; JUCÁ, M. N.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Início da adoção das IFRS no Brasil: Os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.47-74, jan./mar, 2012.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; LUCA, M. M. M. Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste a Valor Presente pelas Companhias Listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n.1, p. 53-69, jan./mar, 2012.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. Evidenciação da Perda do Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: Uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun, 2011.

Recebido em: 10/10/2016
Aprovado em: 16/11/2016